

Brasil no I Centenário da Independência, 1922: Relações Internacionais com o Vaticano e Cultura Lusa como Mecanismo de Unidade Nacional¹

*Gerson Galo Ledezma Meneses*²

RESUMO: Neste artigo centramos a nossa atenção na forma como o presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) encarou o nacionalismo. Preocupado em mostrar a nova cara do Brasil na comemoração do Primeiro Centenário da Independência, a sete de setembro de 1922, tentou unificar o país que, por diversos motivos, ameaçava se desmembrar totalmente se problemas graves não fossem resolvidos urgentemente. Neste sentido, convocou portugueses e brasileiros à unidade nacional; convidando também a cultura lusa, no caso a religiosidade católica, como um dos pontos máximos de incentivo ao nacionalismo.

PALAVRAS-CHAVE:

Nacionalismo, Cultura Lusa, Primeiro Centenário da Independência.

¹ Este artigo é extensivamente baseado na tese de doutorado do autor, intitulada Festa e Forças Profundas na Comemoração do Primeiro Centenário da Independência na América Latina (estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina), apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade de Brasília, em 2000.

² O autor é colombiano, Mestre em História Andina pela Universidad del Valle, Cali. Doutor em História pela Universidade de Brasília, UNB. Atualmente é professor da UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-americana.

INTRODUÇÃO

No presente texto discutir-se-á a forma como a presidência Epitácio Pessoa (1919-1922) encarou o nacionalismo na comemoração do I Centenário da Independência em 1922. Entendia que a realização da comunidade imaginada³ não era possível apenas através da unificação do país pela via simbólica⁴, senão material: programas de saúde pública e de obras contra as secas. Assim, aproveitou a comemoração para apresentar, a Sete de Setembro, a nova cara do Brasil. Mas, nacionalismo significava, também, resgatar a latinidade: cultura lusa e religião católica, como forma de luta contra o anarquismo, pois este pretendia desagregar ainda mais a nação que, devido a várias pendências limítrofes entre os Estados da união, ameaçava explodir em vários contestados. Neste artigo mostraremos a forma como se realizou o resgate da cultura lusa e a religião católica.

1. A FALTA DE UNIDADE NACIONAL

Tendo solucionado suas pendências limítrofes com os vizinhos, a nação ameaçava explodir por dentro em várias frentes de luta entre os Estados da União. 24 contestados podiam converter o país em campo de batalha se não tivessem solução imediata. A grande diferença econômica e política entre um Sul rico e um Nordeste decadente ameaçava a integridade da nação; o presidente Epitácio Pessoa entendeu que, para acabar com estas ameaças, deveria convocar o país para encarar problemas de caráter local ou regional como preocupações de cunho nacional. Tratava-se de cuidar primeiro do grande hospital, para daí estabelecer as relações com os países

³ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.

⁴HALL, Stuart. As identidades culturais na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

européus e os norte-americanos, de onde viriam os empréstimos para solucionar os graves problemas brasileiros. Tratava-se da unificação do país, não apenas do ponto de vista simbólico, porém desde a resolução de problemas tangíveis. Além das grandes campanhas pela saúde pública e pela solução das secas nordestinas, a língua e a religião, ou melhor, a cultura latina e portuguesa seriam os principais símbolos de unidade nacional.

O presidente tentou aproximar-se de seus parceiros latino-americanos para compartilhar com eles seus programas a favor de atores sociais até agora esquecidos, no momento do Centenário brasileiro, em países como o Chile e a Argentina; estabeleceu relações com estes, e com outros, para dar mais fundamento às suas concepções sobre a raça latina, entrando em choque com os princípios internacionalistas do anarquismo. Nesta empresa, contou com o apoio de importantes instituições e de grande parte dos intelectuais, aí incluídos médicos, engenheiros, políticos e jornalistas que, desde finais da Grande Guerra, estavam empreendendo uma intensa cruzada pela construção de um Brasil moderno, estimulados pela aproximação da data comemorativa do Primeiro Centenário da Independência.

Revistas e jornais concordavam também em que o Brasil deveria construir uma nova identidade, onde estariam incluídos os sertanejos e os mestiços, assim como outros grupos étnicos até então excluídos da configuração nacional; os intelectuais empenhados no saneamento do Brasil olhavam seguramente com satisfação os esforços da presidência Epitácio Pessoa para, contrariando os grupos políticos paulistas e mineiros, atender interesses de Estados onde não se concentravam as atividades fabris e cafeeiras. Seu governo foi um dos mais polêmicos da República Velha, pois, ao mesmo tempo em que enfrentava poderosos interesses oligárquicos, recebia as críticas

dos "tenentes" e de intelectuais que exigiam mudanças mais profundas das caducas estruturas republicanas.

2. OS CONTESTADOS E A FALTA DE UNIDADE NACIONAL

Embora as relações internacionais do país estivessem marcadas pela vitória, pelo pragmatismo e pelo bom senso, as elites dirigentes dos assuntos políticos do Brasil não haviam resolvido um grave problema: as diferentes pendências fronteiriças entre a maioria dos Estados brasileiros. Um discurso proferido na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro a 25 de abril de 1918 pelo comandante Thiers Fleming alertou estas elites quanto ao perigo que tal situação representava. Designado pelo presidente Wenceslau Braz como mediador na recente guerra civil do Contestado entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, o comandante propôs a liquidação definitiva de todos os Contestados até 7 de setembro quando se comemoraria o Centenário da Independência. A campanha seria então por um *Brasil-Unido*, “de modo a ser apresentada a Carta Geográfica do Brasil em 1922 sem territórios litigiosos ou contestados nas fronteiras dos Estados-irmãos”. Era deprimente não saber qual a extensão do território brasileiro já que os dados dos Atlas e mapas eram inexatos e contraditórios. O comandante pedia que foram ensinados em todas as escolas do país os mesmos limites entre Estados e países vizinhos, citando a conferência "A Unidade da Pátria" de Afonso Arinos: "Realmente, o Brasil está de tal modo regionalizado, que, para as nossas Províncias não ficarem absolutamente estranhas umas às outras, é preciso um grande esforço no sentido de fortificar-se a unidade moral da Pátria”⁵.

O texto de Fleming circulou entre intelectuais, políticos importantes e também na imprensa: Rui Barbosa, Pedro Lessa, Clóvis

⁵FLEMING, Thiers. Limites e Superfície do Brasil e seus Estados. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1918, pp. 25-29.

Bevilacqua, Felix Pacheco, João Luiz Alves, Braz de Amaral, Theodoro Sampaio, Capistrano de Abreu, Afrânio Peixoto, Celso Vieira, Samuel de Oliveira, Thiago Fonseca, Olavo Freire, Affonso Celso, Oliveira Lima, A. d'E. Taunay, João Ribeiro, Heitor Beltrão, Celso Vieira, Tolomeu Jr, entre outros, receberam um exemplar da obra e se manifestaram publicamente frente ao grande problema. Circulou também pelo menos nos seguintes órgãos de imprensa: *Jornal do Comercio, O Paiz, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, Época, Razão, Platéia, Notícia, Rua, Noite, Revista da Semana, Jornal do Brasil e Tribuna*. Todos concordaram em que o Brasil estava ameaçado em sua integridade nacional e a campanha do *Brasil- Unido* tornou-se como um dos principais escopos das elites brasileiras em vista da comemoração do Primeiro Centenário da Independência.

O livro de Fleming chegou também às mãos do senador Epiácio Pessoa que agradeceu ao autor em telegrama de 21 de janeiro de 1918, considerando o texto uma obra de inspirado patriotismo⁶. Eleito presidente, Pessoa anunciou como um dos seus principais objetivos unificar o país acabando de uma vez com as 24 pendências anunciadas por Fleming: “como já tive ensejo de dizer, a terminação das questões de limites interestaduais será, a meu ver, o mais belo monumento que podemos erigir em comemoração do centenário da nossa Independência”⁷.

O presidente convocou para junho de 1920 uma conferência onde constituiu uma comissão com representantes de todos os Estados para ajustar acordos diretos e submeter ao arbitramento os casos ocorrentes. Nesta conferência, com o presidente como árbitro, foi

⁶ FLEMING, Thiers. op. cit., p. 223.

⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da Terceira Sessão da Décima Legislatura a 03/05/1920, in PESSOA, Epiácio. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1956, tomo XVII, p. 271.

solucionada a pendência limítrofe entre os Estados de São Paulo e Paraná e encaminhou-se a solução dos litígios entre Minas Gerais e Goiás, Minas e São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Estabeleceu-se a fronteira definitiva entre Santa Catarina e Paraná. A 3 de maio Epitácio Pessoa informava ao Congresso que prosseguiam com regularidade os trabalhos da Comissão de Limites dos Estados do Norte, instalada na cidade de Parnaíba, no Piauí, desde 12 de fevereiro de 1921.

Assim, aproximava-se a data comemorativa do Centenário da Independência e ainda não estavam resolvidas todas as pendências fronteiriças entre os Estados brasileiros; mas é importante salientar a maneira como o presidente havia assumido o compromisso de dar solução a estes problemas.

Mas a unificação do país, a criação de uma consciência nacional, Epitácio Pessoa a entendia não apenas desde esta ótica, senão através da solução dos problemas da saúde pública, combate às secas do Nordeste, valorização do café, o impulso à economia nacional e um olhar mais eficaz aos Estados menos favorecidos até agora esquecidos pelos diferentes governos republicanos, convertendo toda uma série de problemas de caráter regional em problemas de cunho nacional. Aí estava o grande desafio do governo para o período 1919-1922. O país estava doente e havia então que agir rápido para acabar de uma vez com a imagem do *Grande Hospital*. Um dos objetivos do presidente seria a atenção à saúde pública, não apenas do sertão, mas de todo o interior, do litoral ainda insuficientemente cuidado e dos Estados mais afastados.

Epitácio Pessoa não desconhecia a importância da campanha da Liga da Defesa Nacional incentivando o amor à Pátria nas festas cívicas. No discurso de 7 de setembro de 1919, na Biblioteca Nacional, evocou as grandes festas de antigamente, que envolviam

grandes multidões de pessoas nas principais cidades do país, quando reinava a alegria e o povo sabia de cór o hino da Independência. Tudo isso fora relegado ao passado, as novas gerações haviam esquecido o hino dos velhos. Porém, a Liga da Defesa Nacional vinha tentando reviver essa tradição: “o seu programa é estimular no coração do povo o amor da pátria (...) os ideais de solidariedade humana não são incompatíveis com a idéia de nacionalidade”. Uma das metas da Liga era o aperfeiçoamento da língua nacional nas escolas estrangeiras; aliás, segundo o Presidente da República, estas não deveriam existir no território nacional e o ensino da língua dever-se-ia constituir em objetivo principal, assim como os princípios cívicos da nacionalidade. “Assim procedendo, ela (a Liga da Defesa Nacional) levará aos corações de todos os brasileiros a convicção de que só depende de nós fazer deste país enorme uma enorme nação. E assim, unidos e fortes, viveremos felizes à sombra sacrossanta da Liberdade e da Justiça!”⁸

3. UNIFICAR O PAÍS PELA VIA SIMBÓLICA

O presidente trabalharia também sob outros ângulos durante a época do Centenário, especialmente nos dias da festa comemorativa, pela unidade do país. Unificar o Brasil não significava apenas acabar com as pendências limítrofes interestaduais, havia que conciliar as regiões Nordeste e Sul, solucionando os problemas de fome e improdutividade do sertão; as duas regiões deveriam parecer-se, não apenas do ponto de vista humano (o Nordeste contaria com bandeirantes tão valorosos como os São Paulo), mas também material, econômico e geográfico.

Unificar nacionalmente o Brasil de 1922 significava reaproximar brasileiros e portugueses que se enfrentavam por

⁸ PESSOA, Eptácio. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956, tomo XVIII, “Liga da Defesa Nacional”, pp. 437-438.

rivalidade econômica, social ou política. O presidente empenhou-se em convidar o presidente de Portugal Antonio José de Almeida a visitar o Brasil, entre outros motivos porque havia quem insinuasse que ele era hostil ao povo português⁹.

Epitácio Pessoa tentou conciliar a cultura latina, neste caso a portuguesa, com a cultura brasileira, buscando em Portugal raízes complementares às raízes brasileiras resgatadas no sertão. Não se entenderia a cultura lusa sem admitir a importância da religião católica. Este era mais um desafio aos anarquistas, contra os quais Epitácio Pessoa foi implacável por considerá-los desestabilizadores da unidade nacional que pretendia. Durante seu mandato foram emitidos os decretos 4.247, que regulava a entrada ao país de estrangeiros, e 4.249, de combate ao anarquismo. Tratava-se, segundo o presidente, de corrigir o excessivo liberalismo das leis que permitia que

agitadores estrangeiros encontrassem nesta Capital meio propício à propaganda de suas idéias e princípios, contrários à ordem social existente. Era necessário pôr termo a essa corrente subversiva, que cada dia se avolumava, animada com a impotência da autoridade pública¹⁰.

A cultura portuguesa seria, pois, outra arma usada por Epitácio Pessoa para tentar unificar nacionalmente o país.

4.A IGREJA CATÓLICA, UM DOS CONVIDADOS À FESTA

Festa de todos os nossos amigos, grandes ou pequenos, velhos e jovens, ricos e pobres, que envolvem em respeito e simpatia nosso nome no estrangeiro, nossa importância, agora solene e inequivocamente evidenciada.¹¹

⁹ “Sobre a visita de Antônio José de Almeida”, in PESSOA, Epitácio. Obras Completas, tomo XVIII, op. cit., p. 576.

¹⁰ PESSOA, Epitácio. Obras Completas. Tomo XVII, “Expulsão de estrangeiros e repressão do anarquismo”, p. 281.

¹¹ Paiz, Rio de Janeiro, 08/09/1922

Como nas Festas do Centenário chileno e argentino, muitos foram os convidados mas poucos os escolhidos.¹² No Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, destacou-se a presença do Monsenhor Francisco Cherubini, Arcebispo Titular de Nicasia, Núncio Apostólico de Primeira Classe, representando o Papa Pio XI que agradeceu ao presidente Epitácio Pessoa, por meio de credencial, o convite feito para participar nas festas. O papa elogiou o país e fez votos pela sua prosperidade, confiando em que a festa serviria para manter proximidade e reviver a chama do catolicismo no Brasil¹³.

Monsenhor Cherubini homenageou o presidente, elogiou sua sabedoria, sua atividade, habilidade e devotamento na direção do povo brasileiro para seus gloriosos destinos, "povo que atingiu a virilidade sem passar pela infância". Embora a Independência de um país custe muito sangue, "felizmente não aconteceu assim para a nação brasileira em 1822. Porque o povo português, que lhe descobriu o gênio e lhe cultivou a nobreza, a considerou antes como filho do que colônia". Segundo o arcebispo, Portugal havia dado a seu território educação moral, social e religiosa, desenvolvendo excelentes disposições para as artes, ciências e comércio, "em uma palavra, o preparou para o dia

¹² Santa Sé, Estados Unidos, Portugal, França, Grã-Bretanha, Bélgica, México, Chile, Itália, Espanha, China, Japão, Colômbia, Checoslováquia, Uruguai, Alemanha, Paraguai, Argentina, Bolívia, Peru e Equador fizeram-se representar por embaixadas; Cuba, Noruega, Suécia, Suíça, Venezuela, Polônia, Países Baixos, Dinamarca e Bulgária, por missões especiais sob a chefia de Enviados Extraordinários; Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Panamá, Romênia e Áustria por Delegações e Representações especiais sob a chefia de personalidades de destaque. Ver Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Compreendendo o período decorrido de 30 de abril de 1922 a 3 de maio de 1923. Exposição e Anexo A. 1^o Volume, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Arquivo Histórico Itamaraty, Rio de Janeiro. De agora em diante, citado como: Relatório Ministério das Relações Exteriores, vol. 1, 1924.

¹³ Papa Pio XI, "Dilecto filio, illustri et honorabili viro Epitácio da Silva Pessoa, foederatum civitatum Brasiliae praesidi". Relatório Ministério Relações Exteriores, vol. 1, 1924.

da emancipação, para o dia da independência". O Grito *Independência ou Morte* havia sido pronunciado às margens de Ipiranga sem derramamento de sangue ou lágrimas, mesmo porque o sangue que corria pelas veias do príncipe era português. A partir daí, de José Bonifácio até o Barão do Rio Branco mostrava-se o desenvolvimento intelectual e moral da nação; a abolição da escravatura era prova de civilização e de progresso; "na Conferência da Paz, em Haia, a Delegação Brasileira chamou sobre si a atenção universal; o nome do eminente jurista Rui Barbosa será respeitado tanto pelos historiadores como pelos homens de Estado". A fama do Brasil havia estado marcada pela participação do país na Conferência de Paris e pelo bom desempenho de Epitácio Pessoa; "é, portanto, justo, Sr. Presidente, que todas as nações estejam aqui representadas nas festas do Centenário de sua nobre pátria e lhe tenham trazido o tributo de sua admiração"¹⁴.

O discurso do Núncio Apostólico condensa uma série de imagens elaboradas, para o Centenário, sobre o Brasil. Exalta a importância de Rio Branco como chanceler habilidoso, ressalta a não violência do processo de Independência, apresenta a civilização e o progresso como corolários do mito do pacifismo do povo brasileiro. O discurso estabelece uma ponte entre o período colonial e a Monarquia por meio da religião católica e da figura de D. Pedro I que, como foi dito, tinha em suas veias sangue português; e com a figura de José Bonifácio abre uma linha de continuidade entre a Monarquia e a República para que a memória e história brasileira encontrassem seu livre curso no século XX nas figuras de Rui Barbosa, Rio Branco e

¹⁴ Discurso de Monsenhor F. Cherubini em nome das Missões Especiais Estrangeiras, in: Relatório Ministério das Relações Exteriores, vol. 1, 1924. Este discurso aparece também em O Paiz, Rio de Janeiro, 08/09/1922 e em Eu Sei Tudo (Magazine Mensal Ilustrado), Rio de Janeiro, outubro de 1922.

Epitácio Pessoa. O discurso enfatiza também a presença da religião católica nas diferentes etapas da formação da nacionalidade brasileira.

A vinda ao Brasil do Núncio Apostólico e sua alocução oficial ao país não podiam deixar de inserir-se na conjuntura internacional, marcada pela Revolução Russa, e nacional, em que o movimento operário conservava o vigor apesar da repressão. A Igreja não hesitara em comparecer à Festa. A visita de Monsenhor Cherubini reforçava os dirigentes políticos brasileiros na repressão ao anarquismo.

O Brasil de entreguerras, no aspecto internacional, mostra-se como uma nação satisfeita consigo mesma. Folgava a diplomacia brasileira, pois não havia grave questão de limites a resolver, não se punha em causa a divisão internacional do trabalho, cumpria o país sua função de típico exportador de produtos primários, e comparecia às conferências internacionais americanas e às reuniões do Conselho da Liga das Nações - o que lhe dava a ilusão de estar participando das decisões internacionais¹⁵.

Desde finais do século XIX, à medida que o liberalismo consolidava o mundo moderno, a Igreja condenou os ideais de liberdade de pensamento, de imprensa, etc., exigindo a submissão do Estado. As resoluções do Concílio do Vaticano (1870), que tinham decretado a infalibilidade do Papa em matéria de fé e disciplina, condenavam qualquer tendência liberal, inclusive o catolicismo liberal que propunha a Igreja livre no Estado livre. O confronto também se manifestara no Brasil, onde ao final do Império se fez clara a oposição entre cientificismo e catolicismo. A República condenou a Igreja considerando-a aliada do Império, representante do passado contra o ideal republicano de criar um mundo laico. A partir de 1889, a Igreja

¹⁵ BUENO, Clodoaldo. De Rio Branco ao fim da Primeira República (1912-1930): alinhamento e continuidade da política externa da agroexportação. In: CERVO Amado Luiz & BUENO Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992, p. 203.

concentrou-se na luta pela sua permanência na educação e no casamento, pela representação brasileira na Santa Sé e pela presença de capelães militares junto às forças armadas.

A posição de distância respeitosa e ao mesmo tempo de luta que a Igreja manteve para que os princípios católicos estivessem presentes nas leis da República perdurou até a década de 1920. A partir de então, a hierarquia católica procurou aproximar-se ainda mais do governo republicano, oferecendo sua colaboração na defesa da ordem diante dos movimentos de contestação que começavam a questionar o *status quo* reinante¹⁶

A Festa do Centenário ensejou ao Vaticano o envio um delegado de alto nível para resgatar e propagar os princípios católicos, a tradição, e reforçar defesas contra o protestantismo. Naquele momento especial de reavaliação da cultura, da identidade, do nacionalismo brasileiro, em época de reivindicações, era útil fazer sentir que o país não poderia construir uma identidade própria sem o catolicismo como centro da fé e, inclusive, da Nação. A Igreja passou a oferecer maior suporte religioso às instituições governamentais durante a presidência de Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes:

O discurso católico, que neste período está estreitamente associado ao nacionalismo, parte da avaliação de um contexto crítico do período republicano e expõe a idéia de salvação da pátria pelo retorno da Igreja ao cenário da vida pública. O futuro do nacionalismo estaria assegurado pela fé. Força unificadora e formadora da civilização brasileira no passado, ela seria ainda o elemento homogeneizador do país¹⁷.

As igrejas badalaram seus sinos da meia noite à madrugada do dia 7 de setembro em todas as cidades e povoados do país. A festa cívica do Centenário se entrelaçou com a festa religiosa para,

¹⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990. Ver especialmente o capítulo VIII "Terra de Santa Cruz", pp. 160-174.

¹⁷ TAVARES, Maria de Fátima Duarte. Do Castelo ao Vale das Luzes. Cultura e renovação urbana, Rio de Janeiro – 1920-1922, Brasília, Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 1994, p. 82.

mediante missas, toques dos sinos, representações e discursos, renovar esperanças. O Brasil carecia de elites católicas para dar estabilidade ao governo e ao mesmo tempo denunciar os atropelos do capitalismo, do comunismo, do anarquismo, do liberalismo. Nesta nova etapa do pensamento brasileiro de resgate da autenticidade, o catolicismo estava chamado a salvar os velhos costumes ameaçados pelas doutrinas em voga no mundo liberal, sob influência dos Estados Unidos e da Rússia soviética.

A presença do Núncio Apostólico contribuía para, por meio da religião católica, convencer às elites dirigentes regionais de que o Brasil deveria permanecer unido. O catolicismo convertia-se, em momentos de crise política, em sinônimo de união.

A visita do Núncio Apostólico tinha também a ver com a chamada questão social. O ano de 1922 foi marcado por conflitos trabalhistas e pela intensa repressão policial. O movimento operário vinha sendo duramente combatido; na presidência de Epitácio Pessoa criaram-se novas leis repressivas de sentido altamente xenófobo¹⁸. A Igreja deveria então inclinar-se à defesa dos operários, de suas reivindicações e, de passo, arremeter contra os excessos do liberalismo. De outra forma, os trabalhadores cairiam nas mãos dos comunistas, anarquistas e socialistas.

O sentido de contestação aos valores e práticas do 'mundanismo' não circunscreve a Igreja ao universo do sagrado. Tendo como parâmetros as representações de progresso material da Exposição e dos Congressos técnicos e científicos realizados, a Igreja busca sobrepôr-se ao mundo

¹⁸ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979; PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michel M. *A classe operária no Brasil. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981; KHOURY, Yara Aun. *As greves em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981; GOMES, Ângela de Castro. *Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

moderno através das demonstrações de massa concentradas nos lugares mais representativos do universo secularizado¹⁹

Se é justamente sob a presidência de Epitácio Pessoa que se evidencia a reaproximação entre a Igreja e o Estado, espetacularmente manifesta nas solenidades religiosas e manifestações políticas, é provável que o presidente tenha encarado a Igreja Católica como o adequado elemento moralizador das elites. O discurso católico facilitaria a tomada de consciência pelas elites acerca dos problemas do *grande hospital*.

O compromisso pessoal de Epitácio Pessoa com a Igreja Católica e com as camadas menos favorecidas se faz evidente em seus poemas e em traduções como, por exemplo, o “Soneto al Crucificado” de Santa Teresa de Ávila²⁰

5. NACIONALISMO: UNIÃO ENTRE PORTUGUESES E BRASILEIROS

Outro personagem que despertou enorme atenção na festa do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, foi o presidente de Portugal Antonio José de Almeida. A imprensa ocupou-se de cada detalhe de sua viagem, desde o embarque em Lisboa no navio de guerra *Porto*. Acompanhavam-no o Ministro de Negócios Estrangeiros, os diretores das principais instituições culturais portuguesas e muitos representantes da imprensa portuguesa.

Epitácio Pessoa o conheceu em 1919 a caminho de Paris onde participaria da Conferência da Liga da Sociedade das Nações. Encontraram-se em Lisboa e trocaram idéias sobre o Centenário. Esta era a primeira visita de um mandatário português ao Brasil desde a independência, concebida para demonstrar que a emancipação política

¹⁹ Maria de Fátima Duarte Tavares, op. cit., p. 88.

²⁰ PESSOA, Epitácio, Obras Completas, tomo XX, pp. 155-165.

do Brasil não havia criado mágoas ou ressentimentos entre os dois povos. O presidente Antonio José de Almeida hospedou-se no Palácio Guanabara, "para onde se dirigiu, logo depois do desembarque, sob as aclamações da multidão que enchia todas as ruas e praças por onde passou o cortejo presidencial"²¹

O *Jornal das Moças* estampou sua foto numa ampla resenha histórica das relações entre os dois países, colocados no plano dos sentimentos familiares. O Brasil teria alcançado a independência tal como um filho vai-se separando da casa paterna. A revista descreveu Dom Pedro I como um príncipe encantador, dotado das melhores qualidades, a quem as elites brasileiras haviam colocado no trono do Império, merecendo desde então o honroso título de *Defensor Perpétuo do Brasil*. Depois ressaltou José Bonifácio, o Patriarca, e sua proposta de abolir a escravatura sem perturbar o regime de trabalho nacional. O presidente Epitácio Pessoa conseguira destacar o país no concerto das nações. Assim, o Brasil marchava seguro para o alto, para esse "grandioso futuro que nos está reservado". O Centenário da Independência era a oportunidade de demonstrar a gratidão do povo brasileiro a Portugal pelas grandes obras realizadas durante três séculos, "à custa de todos os sacrifícios, mantendo a unidade do território, a unidade da raça e a unidade do idioma, tríplice conquista de que nenhum outro povo colonizador se pode orgulhar". Reencontro de almas; "ninguém melhor que o presidente Dr. Antonio José de Almeida poderia representar o Portugal dos novos ideais perante o Brasil moderno, onde a instituição republicana produziu este milagre de progresso, demonstrado no seu prodigioso desenvolvimento"²².

²¹ Relatório Ministério das Relações Exteriores, vol. 1, 1924.

²² *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, nº. 378, julho-setembro de 1922, "Um século de Independência"; nº. 379, setembro de 1922, "Portugal no Brasil. A Visita do Dr. Antonio José de Almeida".

O texto apresentava como herança da coroa portuguesa a unidade nacional: língua, raça e de território. A importância dada à cultura portuguesa seguramente obedecia à preocupação pela unidade nacional face à crise vivida, crise que não tinha a ver apenas com o Levante do Forte de Copacabana e suas conseqüências. Era preciso que os habitantes de cada Estado esquecessem os regionalismos. Além de acalmar os ânimos entre os brasileiros para que se sentissem parte de uma única nação, havia também que acalmar os ânimos entre portugueses e brasileiros: “digo mais uma vez nossos (países) porque mutuamente nos pertencem, estão ligados por elos afetivos que nunca poderão desfazer-se”²³.

Numa dos mais espetaculares eventos do Centenário, o presidente Epitácio Pessoa comparou a primeira viagem aérea entre Portugal e o Brasil, feita por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, às descobertas científicas portuguesas na navegação marítima desde o século XV. Não apenas os portugueses domiciliados no Brasil estavam contentes, também os brasileiros, “com eles identificados no mesmo sentimento de patriotismo e de orgulho, ao verem realizada por homens da mesma raça, da mesma língua e, pode dizer-se, da mesma Pátria, essa proeza estupenda de que não há igual na história dos outros povos”. O feito aéreo veio recordar “o fulgor de ciência e ousadia que caracterizam os nossos maiores; veio recordar ao Brasil de hoje que sua origem foi uma nação com qualidades tais, que a tinham feito a mais poderosa, a mais temida, a mais sábia e gloriosa do mundo”²⁴.

²³ Entrevista a Epitácio Pessoa, tomada de O Século, de Lisboa, 03-07-1923, “A amizade entre Portugal e a República do Brasil”, in PESSOA, Epitácio. Obras Completas, tomo XX, pp. 66-68.

²⁴ “A Ramos de Azevedo sobre o feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral”, in PESSOA, Epitácio. Obras Completas, tomo XVIII, p. 575; Eu Sei

A proeza contemporânea se somava às glórias do passado colonial. Segundo a revista *Eu Sei Tudo*, as vitórias contra Espanha, Holanda e França se deviam à coragem dos portugueses e daqueles que se diziam brasileiros, mas em cujas veias corria sangue português; eles é que tinham conseguido a unidade do torrão imenso da sua colônia, diferentemente dos espanhóis que deixaram como legado 15 nações²⁵.

Estas matérias da imprensa carioca se inspiravam nos recentes lançamentos literários patrocinados pela colônia portuguesa, como a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, na qual

brasileiros e portugueses são definidos como grupos relacionados em termos de complementaridade de funções - um é doador e o outro é receptor de cultura. A preocupação central da obra parece ser a de demonstrar que os portugueses, pelo seu papel na formação da sociedade brasileira, constituem um grupo especial, que deve ser diferenciado e exaltado diante dos demais grupos de imigrantes e dos brasileiros²⁶.

O discurso sobre a unidade do território graças à herança portuguesa era a reação contra as críticas de todos os tipos contra a República:

julgando-se detentora de uma visão abrangente da realidade brasileira, a intelectualidade, de um modo geral, empenhou-se em apontar uma saída para a crise da República. 1922 revelou-se um ano-chave para o acirramento dessa descrença: de um lado, a comemoração do Centenário, forçando uma reflexão sobre o país, em especial um balanço sobre as realizações republicanas; de outro, a crise política, representada por uma campanha presidencial particularmente tensa, coroada por um movimento de rebelião militar na própria capital. Justamente no ano em que o país deveria celebrar a emancipação da nação, obtida graças à 'união de todos com o mesmo objetivo', aí se incluindo até o antigo dominador, eis que uma

Tudo, Rio de Janeiro, nº. 62, julho de 1922, "A mais bela Comemoração do Centenário de nossa Independência".

²⁵ *Eu Sei Tudo*, Rio de Janeiro, nº. 62, julho de 1922.

²⁶ Luiz Cláudio Machado dos Santos. A emigração portuguesa e a formação da comunidade lusa no Brasil, 1850-1930. Brasília, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UnB, 1993, p. 88.

‘atmosfera de ódios’ tornava evidente a falência do regime republicano²⁷.

Assim, o apelo à unidade lançado pelo presidente Epitácio Pessoa e seus colaboradores, prolongado pela imprensa aliada, privilegiava as origens, que não estariam em 1822, mas no período colonial.

A presidência de Epitácio Pessoa enfrentava ao mesmo tempo os poderosos interesses da *política dos governadores* e do *café com leite*, e ainda o questionamento geral do regime. O presidente não tentava negar a crise republicana e, pelo contrário, era consciente das graves falhas. Seu projeto de resgatar a unidade nacional mergulhando nas fontes imperiais e na cultura portuguesa era uma forma de entrelaçar os dois sistemas ensaiados desde 1822 realçando as vantagens do Império em detrimento da República doente que urgia transformar, estimulando a consciência nacional entre as camadas mais desfavorecidas.

Estes objetivos valiam também para pacificar os ânimos entre os imigrantes portugueses e a corrente de opinião que os via como concorrentes no comércio e nos postos de trabalho. Epitácio Pessoa, empenhado em que se legislasse duramente contra os imigrantes anarquistas, tentava conciliar os interesses do Brasil com os dos países atingidos por aquelas leis, enfrentando críticas de revistas como *Gil Bras* que atacava decididamente tanto portugueses como anarquistas.

Neste momento de revisão da identidade e construção de uma nova imagem que estava sendo dada internacionalmente a conhecer por meio da Festa, Portugal era sinônimo de união, porque

²⁷ MOTTA, Marly Silva da. A Nação Faz 100 Anos: A questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992, pp. 23-24.

as elites hegemônicas sempre estiveram seguras de ter herdado uma unidade nacional e territorial amalgamada com a língua, a raça e a religião. Esta reelaboração da identidade, que colocava em evidência como elementos formativos da nacionalidade a língua e a religião, assim como os mitos da não violência do povo brasileiro e da unidade nacional herdada da Coroa e do Império, visava assegurar unidade ao território e evitar novos contestados ou novos levantes.

A presença portuguesa na Festa do Centenário da Independência obedecia também aos próprios interesses da diplomacia portuguesa, reafirmando sua presença entre os imigrantes que, desde finais do século XIX, eram discriminados por terem tido sucesso no comércio e na imprensa. Jornais como *O Jacobino*, desde final do século, lutavam pelos direitos dos proletários nacionais, por aluguéis mais baratos e contra a carestia de gêneros alimentícios, que consideravam consequência da presença portuguesa na vida nacional²⁸. Os imigrantes portugueses foram discriminados sob a presidência de Floriano Peixoto, convencido de que os governos inglês e português compactuavam com a oposição monarquista. A reforma urbanística do Rio de Janeiro significava encobrir ou suprimir quanto vestígio lembrasse os cânones portugueses, como o Morro de Castelo, onde se concentrava o casario colonial, derrubado no Centenário para ceder espaço à civilização. No campo intelectual, havia autores lusófbos, como Álvaro Bomilcar e Arnaldo Damasceno Vieira. No livro *A política no Brasil ou o nacionalismo radical* (1920), Álvaro Bomilcar afirmava que nenhum povo colonizador fora tão cruel como o português, devastador de terras na África e na Ásia, o primeiro a instaurar o regime escravocrata. As aspirações nativistas teriam sido sempre abortadas pelo partido português, partido da colônia. Álvaro Bomilcar e Arnaldo Damasceno Vieira denunciavam

²⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, **op. cit.**, p. 93.

nas revistas *Brazílea* e *Gil Blas* o controle do comércio e da imprensa carioca por portugueses e propunham a imigração exclusivamente dirigida ao campo e ao fomento da agricultura como mecanismo nativista de salvação nacional²⁹.

Entre os objetivos do presidente português em sua visita estava a assinatura de tratados semelhantes à Convenção de Emigração e Trabalho, entre o Brasil e a Itália, já aprovada pelo Congresso em 1922. Tratava-se de permitir a dupla nacionalidade aos portugueses residentes no Brasil, assegurando-lhes melhoria de condições nos negócios e no mundo do trabalho, bem como em relação ao serviço militar obrigatório recentemente estabelecido em 1922³⁰.

Durante a permanência do presidente Antonio José de Almeida no país foram assinados os seguintes acordos: Convenção sobre propriedade literária e artística; Convênio sobre imigração e trabalho; Tratado regulando a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade;³¹. Em 1923 o ex-presidente Pessoa, declarou ao jornal *O Século*, de Lisboa:

creio que, se as negociações para o tratado de comércio luso-brasileiro foram suspensas, serão reatadas na primeira oportunidade, que não pode vir longe. Esse pacto há de concluir-se. Eu fui, no Brasil, – e orgulho-me disso – um dos seus iniciadores³².

²⁹ Idem, capítulo VI "A construção da história da nação", pp. 127-143.

³⁰ PESSOA, Epiácio. Obras Completas, tomo XVII, p. 426.

³¹ Relatório Ministério das Relações Exteriores, vol. 1, 1924.

³² "A Amizade entre Portugal e a República do Brasil", in PESSOA, Epiácio. Obras Completas, tomo XX, p. 67.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mostramos, couve à presidência Eptácio Pessoa tentar unir o país através de projetos de cunho material e simbólico, aproveitando a comemoração de cem anos de Independência brasileira em 1922. Neste sentido, verificamos que o nacionalismo brasileiro aparece na década de 1920 e não apenas depois de 1930 conforme identificado pela historiografia brasileira. Neste sentido, na era *café-com-leite* teria sido Eptácio Pessoa o único presidente preocupado pela unificação do país ao incluir camadas populares e regiões até esse momento desconhecidas. Entendeu o nacionalismo como unidade não apenas entre regiões, estabelecendo um diálogo entre a região e a nação, mas, incentivando e revivendo a cultura lusa, neste caso a religiosidade católica e a unidade entre brasileiros e portugueses.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.

BUENO, Clodoaldo. **De Rio Branco ao fim da Primeira República (1912-1930): alinhamento e continuidade da política externa da agroexportação**. In: CERVO Amado Luiz & BUENO Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992

FLEMING, Thiers. **Limites e Superfície do Brasil e seus Estados**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1918,

HALL, Stuar. **As identidades culturais na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação Faz 100 Anos: A questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PESSOA, Epiácio. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956, tomo XVIII, “Liga da Defesa Nacional”, pp. 437-438.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. **Do Castelo ao Vale das Luzes**. Cultura e renovação urbana, Rio de Janeiro – 1920-1922, Brasília, Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 1994